

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAS-
TELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2015.**

No dia doze de Fevereiro de dois mil e quinze, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças dos Vereadores Norberto dos Santos Rodrigues Moreira, José Manuel Moreira de Carvalho, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, Manuel Joaquim Correia de Almeida Junot da Silva, e Luís Filipe Cardoso Valente.

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta.

Eram dez horas e quarenta minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião.

Faltou por motivo justificado o Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Sr. Presidente da Câmara deu início á reunião do executivo municipal, dando nota da realização de uma reunião no Centro de Saúde de Castelo de Paiva, onde se teve a oportunidade de consultar os números relativos à saúde no concelho, nomeadamente, ao nível da cobertura de médicos de família. Disse que foi informado da aprovação do pedido de instalação de uma Unidade da Saúde Familiar no concelho, tendo ficado de receber indicações sobre os passos a dar para efectivar o seu funcionamento das 8 horas às 20 horas, e que, para além daquele serviço, continuava a haver o SASU aos fins-de-semana e aos feriados das 13 horas às 20 horas.

Referiu que irá reforçar o pedido de reunião com o novo responsável da ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte, para se estudar a possibilidade de se aplicar o modelo de Resende e Baião, com um SAP – Serviço de Atendimento Permanente a funcionar 24 horas por dia.

Concluiu este assunto, referindo que o que se pretende é a criação da Unidade de Saúde Familiar com um corpo clínico estável que comece a funcionar a curto prazo.

Deu nota da assinatura de protocolos com o Sr. Secretário de Estado para a Modernização Administrativa, Dr. Cardoso da Costa, para a instalação de “Espaços de Cidadão” nos onze Municípios da CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, sendo que Castelo de Paiva vai instalar seis daqueles espaços em resultado da consulta efectuada às Juntas de Freguesia.

Informou que entre Junho e Julho de 2015 vai abrir uma “Loja de Cidadão” no concelho, que funcionará no Tribunal de Castelo de Paiva, prevendo-se a manutenção dos serviços já lá existentes: serviço de finanças e notariado, além de poder alocar outros serviços no âmbito do projecto “Aproximar”.

Justificou a falta do Sr. Vice-Presidente da Câmara por estar em Coimbra numa iniciativa da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, para discutir a recente reforma relativa à reestruturação do sector das águas em Portugal. Disse que a este propósito há uma acção concertada de combate jurídico a esta nova Lei, nomeadamente, naquilo que está previsto em termos de harmonização das tarifas da água, e que aumentará a factura da água em cerca de 40%.

Sobre a conclusão da Variante à EN 222, informou que decorreu uma reunião na CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, com o Prof. Emídio Gomes, tendo-lhe parecido que era possível que o projecto tivesse enquadramento no âmbito das ligações às áreas industriais. Disse que o Eng. Castro Almeida tem demonstrado muito empenho em encontrar soluções para enquadrar o investimento no âmbito dos fundos comunitários, mas que não se podia criar a ilusão de que este projecto será de desenvolvimento rápido, porque pressupõe uma série de estudos que lhe estão associados.

De seguida deu a palavra aos Senhores Vereadores que quisessem intervir.

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para felicitar o “Taekwondo Clube Paivense”, pela comemoração do seu 10.º Aniversário.

Deu nota do sucesso da realização de Workshop de Networking/ Científico-Técnico Vitivinícola – Produção de Leveduras “À La Carte”.

Informou que vai decorrer no dia 13 de Fevereiro, no Largo do Conde, o Carnaval Infantil e no dia 17, no Pavilhão Municipal de Desportos, o “Carnaval Sénior” com as IPSS do concelho.

Informou que nos dias 19 e 21 de Fevereiro irá decorrer uma acção de promoção turística do concelho no aeroporto “Sá Carneiro”, sendo uma oportunidade de mostrar a quem chega, e a quem parte, o que se faz em Castelo de Paiva.

O Vereador Norberto Moreira usou da palavra para dizer que sobre a questão da saúde, que os números lhe diziam que o concelho não está assim tão mal em termos de organização de quadros técnicos, porque se verificava que havia 15.690 cidadãos com médico de família, o que era quase a população toda. Disse que não lhe parecia que o Governo fosse assim tão mau para Castelo de Paiva.

Referiu que os protocolos de modernização administrativa são uma boa notícia para o concelho, e que a “Loja do Cidadão” era uma medida da qual os Vereadores do PSD já tinham falado anteriormente. Disse que estes serviços iriam melhorar a vida dos cidadãos, e trazer uma melhoria no atendimento e prestação de serviços do Estado, mas que era importante perceber porque é que só vão ser instalados seis “Espaços de Cidadão” no concelho.

Sobre a Variante à EN 222, disse que desde a primeira hora que os Vereadores do PSD são favoráveis à sua conclusão. Referiu que o Dr. Castro Almeida é um autarca modelo do país, e que está certo que vai lutar para que o investimento se concretize.

Quanto à acção de promoção turística no aeroporto “Sá Carneiro”, disse ser uma boa iniciativa.

Perguntou a que correspondia o montante de 14.600,00, relativo ao reforço da rubrica “Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria”, em anterior alteração ao orçamento de 2014.

Em relação ao “Gabinete do Empreendedor”, disse que ficou desiludido com a apresentação da iniciativa, porque quem precisar não vai encontrar o enquadramento que procura, porque quem tinha capacidade de consultar um gabinete para fazer os projectos não precisava de recorrer ao “Gabinete do Empreendedor”. Disse que na sua opinião aquele gabinete era pouco ambicioso.

Informou que o PSD enviou missiva ao Sr. Presidente da Câmara relativa ao Estatuto Direito de Oposição e que, um mês depois, receberam uma resposta que dizia que aquele partido não tinha direito ao estatuto, porque os Vereadores do PSD estavam representados no executivo municipal, e como tal, não eram oposição.

Referiu que a Lei dizia que eram titulares do direito de oposição os partidos políticos representados na Assembleia da República e que não fizessem parte do Governo, bem como, os partidos representados nos órgãos deliberativos das Autarquias Locais e que não estivessem representados no correspondente órgão executivo. Disse que era com base naquilo que o Sr. Alfredo Gonçalves e o Sr. Presidente da Câmara diziam que o PSD não tinha direito ao Estatuto Direito de Oposição, mas que aquilo era incompetência, porque não leram o número imediatamente a seguir que dizia que são também titulares do Direito de Oposição os partidos políticos representados na Câmara Municipal, desde que nenhum dos seus representantes assumia pelouros, poderes delegados ou outra forma de responsabilidade directa e imediata, pelo exercício das funções executivas.

Deu nota que leu uma notícia que saiu da CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte a propósito da revisão do PDM – Plano Director Municipal, que dizia que a grande maioria dos planos no norte de Portugal iriam ser revistos até Junho de 2015. Referiu que dos oitenta e seis municípios integrados na CCDR-N - Comissão de

RO. 12 Fevereiro 2015.

Fls. 20

Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, havia seis que não iniciaram, ou que extinguiram, a elaboração do plano, sendo Castelo de Paiva um deles, mas que o mais grave era que de acordo com a “Lei de Bases da Política Pública de Solos, Ordenamento de Território e Urbanismo”, publicada em Maio de 2014, dizia que os municípios que não concluírem a revisão dos planos até à data limite terão de adaptar-se à nova legislação, o que poderá atrasar significativamente a conclusão dos respetos procedimentos.

O Vereador Filipe Valente usou da palavra para se congratular com as notícias positivas que foram apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

Perguntou pelo ponto da situação do processo da toponímia?

Informou que saíram novos números de Dezembro de 2013 a Dezembro de 2014 relativos ao desemprego, e que este indicador continua a subir em Castelo de Paiva. Disse que o Sr. Presidente da Câmara continua a apostar na propaganda e que os resultados estão à vista, sendo que os Vereadores do PSD continuam à disposição para verem o que não está bem na gestão municipal deste assunto.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para se associar aos parabéns endereçados ao Taekwondo Clube Paivense.

Disse que em relação à acta da reunião de Câmara de 30 de Outubro, que achava que tinha direito a ouvir a gravação em casa, mas que por despacho do Sr. Alfredo Gonçalves ficou a saber que para ouvir a gravação das actas teria de se deslocar à Câmara Municipal.

Referiu que continuam sem resposta os requerimentos relativos à obra da “Quinta do Pinheiro”; as obras realizadas por administração directa no ano de 2014 divididas por freguesias; os processos abrangidos por isenção de juros; os valores pagos pelo Município relativos a pareceres jurídicos; o valor pago pelo parecer jurídico relativo à injustificação das faltas dos Vereadores do PSD, e quais os membros da Assembleia Municipal que recebiam ajudas de custo.

Informou que a CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos emitiu parecer a dar razão aos Vereadores do PSD em relação ao requerimento que apresentaram para obter cópia dos recibos de vencimentos do Sr. Presidente da Câmara e do Vereador José Manuel Carvalho relativos aos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2014, tendo perguntado se esses documentos já estavam disponíveis?

Continua a achar importante que os Vereadores do PSD tivessem conhecimento real, quer em relação ao transporte solidário, quer em relação ao cheque farmácia, quer em relação às medidas da área social, para que pudessem dar a sua opinião naquelas matérias, tendo solicitado que fosse agendada uma reunião para se fazer esse balanço.

Sobre o relatório da IGF – Inspeção – Geral de Finanças, disse que na última reunião de Câmara lhe foi dito que não tinham passado os 60 dias úteis de que a Câmara Municipal dispunha para informar aquela entidade do estado de implementação das recomendações inscritas no relatório. Referiu que esse prazo já teria passado, e que gostaria de saber o que é que foi respondido à IGF – Inspeção – Geral de Finanças.

Lamentou não ter podido estar presente na reunião da Comissão de Saúde por questões profissionais. Disse ser excelente que venha uma Unidade de Saúde Familiar para o concelho, mas que o mérito é dos responsáveis de saúde, porque foram eles fizeram a candidatura.

Concluiu, referindo que é importante que a Câmara Municipal proporcione incentivos a médicos que queiram vir para o concelho, conforme já tinham falado, mas que o Sr. Presidente da Câmara não indicou nenhum.

O Vereador José Manuel Carvalho interveio novamente para dizer que em relação à revisão do PDM – Plano Director Municipal, que o que estava em causa era a necessidade de coadunar todos os planos com os instrumentos de gestão territorial temáticos. Disse que no caso de Castelo de Paiva, tinha que se prever no Regulamento do PDM – Plano Director Municipal todas as normas que estavam presentes no POACL – Plano de Ordenamento da Albufeira Crestuma-Lever.

Referiu também, que quando entraram na Câmara Municipal havia um procedimento de 1999 para a revisão do PDM – Plano Director Municipal que teve de ser revogado, porque não havia cartografia digital no Município. Disse que já se conseguiu a cartografia digital, e já estavam em condições de avançar no decorrer deste ano com a revisão do plano.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que enquanto Presidente da CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, arranjou financiamento para a cartografia digital que é bastante cara, podendo assim dar finalmente o impulso necessário para a revisão do PDM – Plano Director Municipal.

Sobre a questão da saúde, disse que procurava ser equilibrado no que dizia, e que, ao nível da saúde familiar, nunca pôs Castelo de Paiva como sendo um dos municípios com uma posição mais dramática a este nível. Referiu que havia ainda muito que fazer, principalmente ao nível da referenciação hospitalar, porque ainda havia tempos de espera por consulta muito demorados, e que teriam de tentar junto dos hospitais mais próximos que tivessem tempos de espera mais curtos e onde pudessem ser enquadrados mais utentes do concelho.

Quanto à “Loja do Cidadão”, disse que foi claro quando falou na questão dos cortes dos serviços públicos no concelho, porque sempre tinha defendido a proposta de uma loja com serviços âncora, ou seja, com os próprios serviços do concelho a estarem integrados dentro da “Loja do Cidadão”.

Relativamente à questão da distribuição dos “Espaços do Cidadão”, respondeu que foram indicados aqueles que as Juntas de Freguesia entenderam indicar.

Sobre a questão colocada pelo Vereador Norberto Moreira relativa a uma verba inscrita em anterior alteração orçamental, solicitou ao secretário da reunião de Câmara que verificasse junto dos serviços.

Referiu que o “Gabinete do Empreendedor” não é a galinha dos ovos de ouro, mas que também não é assim tão mau, porque senão os onze Municípios da CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e

Sousa não teriam aderido ao projecto, nem teriam vinte e três parceiros a trabalhar com aquela comunidade intermunicipal. Disse que a CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte também ia estar atenta, porque daquele projecto poderiam nascer boas ideias para o território.

Quanto ao Estatuto do Direito de Oposição, respondeu que ia cumprir com o previsto na Lei.

Referiu que não tinha os dados do INE – Instituto Nacional de Estatística relativos ao desemprego, mas que aí analisá-los porque é um assunto que o preocupa.

Sobre o agendamento de reunião com o gabinete de acção Social para análise do ponto de situação do “Transporte Solidário” e do “Cheque Farmácia”, solicitou ao secretário da reunião de Câmara para proceder em conformidade.

Em relação à entrega de cópias dos recibos de vencimento, respondeu que a questão está entregue a um jurista, e que o seu entendimento é de que aqueles dados são pessoais, e como tal, tinha o direito de os preservar.

No que concerne às recomendações inscritas no relatório da IGF – Inspeção – Geral de Finanças, respondeu que foi dada resposta àquela entidade, e que irá articular com os serviços a sua consulta por parte dos Vereadores do PSD.

O Vereador Norberto Moreira interveio novamente para dizer que em relação ao Estatuto do Direito da Oposição, que quando referiu que houve incompetência, que a mesma era de actos, porque não foi lido o artigo seguinte que tinha resposta para a pergunta.

Sobre o “Gabinete do Empreendedor”, disse que se ele se dirigisse àquele gabinete e colocasse a questão de que queria montar uma estufa de framboesas, que o gabinete não ia dar resposta de como poderia fazer aquele investimento, e iam-lhe dizer que procurasse um gabinete de consultadoria.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o “Gabinete do Empreendedor” não podia fazer concorrência a consultadoria. Disse que o que iriam fazer era dar orientações às pessoas, encaminhando-as para as entidades públicas competentes.

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 11 de Fevereiro de 2014, cujo saldo totaliza a quantia de 1.830.507,39 euros.

2. - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014. APROVAÇÃO.

Presente a acta da reunião em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprová-la.

3. - OBRAS MUNICIPAIS.

Retirado.

4- OBRAS PARTICULARES.

4.1 – PROCESSO 181/2012. CONSTANTINO DUARTE FRANCISCO.

Presente a seguinte informação dos serviços: “Prevê o regulamento de liquidação e cobrança de taxas pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais, no seu n.º.3, da alínea a), do artigo 32º. que, para efeitos de redução em 50% da taxa pela realização de infra-estruturas urbanísticas, devida no licenciamento de unidades industriais e comerciais, a Câmara Municipal, em deliberação fundamentada, reconheça de especial interesse para o desenvolvimento económico do Município aqueles empreendimentos. No presente caso a redução daquela taxa atinge a importância de 940,11 euros.”

Analísado o processo a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, considerar o investimento de interesse municipal e autorizar a redução em 50% das taxas pela realização das infra-estruturas urbanísticas.

5- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Retirado.

6. - SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

6.1 – GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE CASTELO DE PAIVA.

O Grupo mencionado em título, vai realizar no próximo dia 1 de Março, os campeonatos de corta-mato na vertente curta, que contarão com a presença de cerca de setecentos atletas.

Como ajuda e para minorar os encargos inerentes à organização, foi proposto a atribuição de subsídio, no valor de 390 euros.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de trezentos e noventa euros.

6.2 – GRUPO DE DINAMIZAÇÃO E CULTURA DE PEDORIDO.

O Grupo referido em título, vai organizar o tradicional “Enterro do Entrudo”, no próximo dia 17 de Fevereiro, complementado, também, pelo cortejo infantil que decorrerá no dia 15 de Fevereiro.

A realização deste evento, contribuirá decisivamente, para preservar e manter viva a memória cultural de uma tradição muito arreigada na população do Couto Mineiro do Pejão.

Como ajuda e incentivo à realização desta festa popular, foi proposto a atribuição de subsídio, no valor de 1000 euros.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de mil euros.

7. – PROTOCOLOS.

7.1 – RENOVAÇÃO DE ACORDO DE PARCERIA COM AS FARMÁCIAS, NO ÂMBITO DO CHEQUE FARMÁCIA.

Presente a seguinte informação dos serviços: “Na sequência da implementação da medida Cheque Farmácia, apresentada e aprovada nas reuniões de Câmara de 28 de Março de 2014 e 24 de Julho de 2014 e em Assembleia Municipal de 28 de Abril de 2014, e dando cumprimento ao artigo 20.º do mesmo Regulamento – Relações entre o Município de Castelo de Paiva e as farmácias aderentes – apresenta-se em anexo pro-

posta de renovação de acordo de parceria entre o Município de Castelo de Paiva e as farmácias aderentes: Farmácia Marques Lopes Wisdomtower Unipessoal, Lda., Farmácia Adriano Moreira, Farmácia Pinho Lopes Unipessoal, Lda. e Farmácia Central de Castelo de Paiva Unipessoal, Lda., conforme a cláusula quinta do mencionado acordo.”

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar a renovação do acordo de parceria.

7.2 – AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. ESPAÇOS DO CIDADÃO.

Presente protocolo celebrado com a Agência para a Modernização Administrativa, IP, que visa gerir e desenvolver redes de lojas para os cidadãos e empresas, em sistemas de balcões multi-serviços, integrados e especializados, articulando com outros canais de distribuição, e, promover a modernização da prestação de serviços públicos orientados para a satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas.

O Sr. Vereador Norberto Moreira usou da palavra para referir que constava da informação remetida o local onde iam funcionar os “Espaços do Cidadão”, tendo efectuado as seguintes questões:

Porque é que um dos “Espaços do Cidadão” vai funcionar em Oliveira do Arda, e não em Pedorido, ou nas três ex. freguesias?

Porque é que a Freguesia de Fornos não tinha um “Espaço do Cidadão”? Quantas pessoas vão ser afectas àqueles serviços; se iam ser contratados, e qual era o processo de selecção?

Quem iria ficar com os 65% de proveitos decorrentes dos serviços prestados: a Câmara Municipal ou as Juntas de Freguesia?

Quanto é que a Câmara Municipal estava a prever investir naquela modernização administrativa, e qual o impacto no respectivo Orçamento?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o Município recebeu um convite para aderir àquela rede de implementação do “Espaço do Cidadão”, e que foram transmitidas as condições de adesão às Juntas de Freguesia, sendo que a Junta de Fornos não enviou resposta. Disse que

serão as Juntas de Freguesia a fazer a gestão dos “Espaços do Cidadão”, e que qualquer dividendo que daí resultar será para as Juntas.

O Vereador Norberto Moreira interveio novamente para referir que se a responsabilidade da Câmara Municipal era a de arranjar o espaço e disponibilizar o pessoal, e que se a Junta de Freguesia de Fornos não assumiu este serviço, achava que deveria ser a Câmara Municipal a fazê-lo, porque o protocolo era da Câmara.

O Vereador Norberto Moreira proferiu, em nome dos Vereadores do PSD, a seguinte declaração de voto:

“A razão da abstenção é que este protocolo é celebrado, é organizado, é liderado pela Câmara Municipal, e portanto, é a Câmara Municipal a quem compete fazer chegar este protocolo aos cidadãos. Não são as Juntas de Freguesia que têm essa responsabilidade.

O que a Câmara Municipal acabou de aprovar foi um protocolo que não inclui a Freguesia de Fornos”.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou maioria, com a abstenção dos Vereadores Norberto Moreira, Vanessa Pereira e Filipe Valente, ratificar o despacho do senhor Presidente que autorizou a celebração do presente protocolo.

8. – FEIRAS.

8.1 – FEIRA QUINZENAL DE SOBRADO. PARECER.

9. PLANO ANUAL DE FEIRAS.

Nos termos do nº. 2 do artigo 7º. do DL.42/2008, de 10 de Março, a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar o seguinte plano de feiras para o ano de 2015, a realizar na área do Município de Castelo de Paiva: Feira quinzenal de Castelo de Paiva; Actividade: Comércio a retalho não sedentário de produtos diversificados; Local: Rua 25 de Abril, Sobrado; Data da realização: Dias 6 e 21 de cada mês.

9. - REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL ALFREDO AUGUSTO RIBEIRO.

Presente o Regulamento acima identificado, que foi sujeito a inquérito público, nos termos do artigo 118º. do Código do Procedimento Administrativo, não tendo sido registados qualquer reclamação ou sugestão, pelo que foi proposta a sua aprovação.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou maioria, com os votos contra dos Vereadores Norberto Moreira, Vanessa Pereira e Filipe Valente, tendo o Senhor Presidente usado o voto de qualidade, aprovar a proposta apresentada e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.

10. – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO DA CÂMARA, PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

A celebração de contratos de prestação de serviços, nas modalidades de tarefa e de avença, e de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultoria técnica, carecem de parecer prévio vinculativo do órgão executivo, conforme previsto no artigo 75º. da Lei 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o orçamento de estado para o corrente ano de 2015.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para perguntar a que se referiam os procedimentos em nome do Dr. Gomes Ferreira?

O Vereador Norberto Moreira usou da palavra para referir que não compreendia como é que se pagava a um jornal o montante de 5.166,00 para publicidade da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que os processos relativos ao Dr. Gomes Ferreira ainda estavam com os seus trâmites a decorrer em Tribunal, tendo solicitado ao secretário da reunião de Câmara que apurasse a que é que se referiam em concreto.

Quanto à questão da publicidade, respondeu que se devia a uma edição especial de promoção do concelho na época de Natal.

O Vereador Norberto Moreira interveio novamente para dizer que aquando da edição especial de Dezembro, foi contactado por um jorna-

lista do “Jornal de Paiva” para fazer uma declaração naquela publicação. Disse que perguntou em que qualidade iria ser entrevistado, e se aquele suplemento fazia parte da verba aprovada pela Câmara Municipal, tendo-lhe sido respondido pelo Director do jornal que não, que não tinha a ver com a publicidade da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a mensagem do Presidente da Câmara presente na divulgação foi enquadrada no âmbito da promoção existente com o “Jornal de Paiva”.

A Câmara Municipal tomou conhecimento da celebração e renovação de contratos de prestação de serviços, que se enquadrem nos condicionamentos da citada Lei.

A Câmara Municipal tomou igualmente conhecimento da listagem de compromissos plurianuais no 4º trimestre do corrente ano.

11. – PATRIMÓNIO.

11.1 – BAIRRO SOCIAL DA VILA. VENDA DA FRACÇÃO K, DO EDIFÍCIO L4.

A Câmara Municipal, em reunião ordinária de 11 de Dezembro passado, deliberou abrir concurso para a venda da fracção K, do edifício L4, sito na rua Dr. Ribeiro Chaves, em Sobrado.

Decorrido o período de candidaturas, que terminou no dia 20 de Janeiro, verificou-se a ausência de concorrentes.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

11.2 – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO. CAMINHO VALCÔVO – S. MARTINHO.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para fazer o enquadramento do processo em apreço.

O Vereador Norberto Moreira usou da palavra para dizer que o processo é demasiado longo e penoso para quem o estava a viver. Disse que não compreendia porque é que o Sr. Presidente da Câmara tinha decidido sozinho, porque não era um assunto da sua competência exclusiva, conforme considerado pelo Tribunal.

Perguntou se o Sr. Presidente da Câmara falou com o Sr. Antero Gaspar sobre se existia o compromisso de fazer uma permuta de uma parte do terreno por outro?

Disse que o Ex. Presidente da Junta de S. Martinho confirmou que houve esse compromisso, o que a ser verdade, significava que a Câmara Municipal tinha tomado posse de um caminho e não devolveu a contrapartida.

Perguntou se tinham de devolver o caminho de cima, ou se a Câmara Municipal se ia apropriar dele?

Referiu que lhe parecia despropositado estar a decidir em 2015 com base num inquérito público de 2008, tendo perguntado se a opinião do público era hoje a mesma?

Concluiu, dizendo que para além da questão da Câmara Municipal ser pessoa de bem e ter assumido um compromisso, existia também a questão de o honrar, mas não com base na opinião formulada pelas pessoas em 2008.

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para dizer que o que estava em causa no caminho de cima era um processo de loteamento, que pressupõe que todas as suas infra-estruturas passaram a integrar automaticamente o domínio público. Disse que a percepção que tem de uma desafecção do domínio público é que esta pressupõe sempre a salvaguarda do interesse Municipal.

O Vereador Norberto Moreira interveio novamente para dizer que na planta de loteamento há uma área desenhada que dizia “área a ceder pela Câmara Municipal”, tendo perguntado se aquela área foi cedida?

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que o que estava em causa era um procedimento de desafecção de um caminho público. Disse que no decorrer do processo foi promovida a discussão pública, com a consequente apresentação de reclamações por parte de vários munícipes, e que competia à Câmara Municipal decidir se, com base nas reclamações que existiam, havia, ou não, razão para desa-

fectar do domínio público o caminho em causa, para posterior remessa à Assembleia Municipal.

Referiu que o Dr. Antero Gaspar lhe disse que quando se previa avançar com o arruamento, chegou a colocar-se a possibilidade de se fazer a tal permuta, porque o proprietário de então tinha a posse de todo o terreno, mas que aquele não aceitou a proposta e inviabilizou aquela situação.

O Vereador Norberto Moreira usou novamente a palavra para referir que não concordava com o que tinha sido dito pelo Sr. Presidente da Câmara, porque o Dr. Antero Gaspar assumiu que existia um compromisso de permuta.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o interesse que havia era o de abrir o caminho que existia hoje, sem haver a operação de loteamento, e que naquela altura se aceitava fazer a troca, porque o terreno era todo do Sr. Carvalho, mesmo a parte de baixo, que depois vendeu a outras pessoas, mas, como já tinha dito, aquele senhor não aceitou o acordo, pelo que não tinha nada que dissesse, em concreto e objectivamente, que existia um compromisso da Câmara Municipal para aquela permuta.

O Vereador Norberto Moreira perguntou se a área a ceder pela Câmara Municipal marcada na planta do loteamento tinha sido realmente cedida?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que se estavam a cingir à área do caminho de baixo, porque era a única parcela que estava em causa.

O Vereador Norberto Moreira insistiu que continuava a achar que se havia um compromisso de honra que o deveriam honrar.

O Sr. Presidente da Câmara usou novamente a palavra para dizer que independentemente da acção que foi colocada contra si no Tribunal no âmbito do despacho que tinha produzido, que, mesmo assim, ouviu o município para perceber se havia mesmo um compromisso da parte da Câmara Municipal, mas que em função do que lhe foi transmitido, percebeu que não era bem assim, porque o que lhe foi dito foi que numa

fase inicial, antes do loteamento, havia a vontade de negociar, mas que o proprietário não aceitou.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para referir que o processo tinha sido presente à Câmara Municipal no ano de 2010, mas que o mesmo foi retirado da ordem de trabalhos, porque havia Vereadores que não conheciam o processo.

Perguntou quantas pessoas foram ouvidas no âmbito do inquérito público, e quantas é que se manifestaram contra?

Perguntou se havia um terreno a ceder ao Município, e se iam cedê-lo agora?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que já tinham feito outras desafecções de terrenos, mas que, neste caso, a informação dos serviços era pela não desafecção da parcela de terreno do domínio público em causa, face às reclamações que existiram no procedimento de consulta pública.

O Vereador Norberto Moreira interveio pela última vez para referir que não podia dizer que era a favor da desafecção, porque lhe faltava ouvir de viva voz as pessoas que haviam dado a sua palavra, mas que também não podia ser contra a desafecção se existir de facto aquele compromisso de honra, pelo que, não sabia o que queria votar, porque não tinha a informação necessária para decidir.

O Sr. Presidente da Câmara concluiu a discussão deste ponto, referindo que não podia decidir de forma contrária à informação dos serviços municipais, mas se no futuro existirem factos que lhe permitam tomar decisão diferente, que o fará.

O Vereador Norberto Moreira proferiu, em nome dos Vereadores do PSD, a seguinte declaração de voto:

“- A razão pela qual o PSD vota contra a não desafecção tem que ver exactamente com o que foi dito ao longo do ponto, nomeadamente, não ter ficado claro se havia, ou não, o compromisso de honra do Município de fazer aquela permuta, e depois também confesso que face a uma informação dos serviços de 29 de Dezembro de 2008, tenho de discordar

que essa informação tenha em conta o interesse público, ou não, naquela altura, porque o que estamos a discutir é um acordo feito muito antes. Como não temos o Dr. Antero Gaspar para saber o que aconteceu nesse dia, votamos contra a não desafecção.”

O Sr. Presidente da Câmara proferiu, em nome do executivo em permanência, a seguinte declaração do voto:

“ – Nós votamos a favor em função da informação que os serviços fizeram e, ao mesmo tempo, com base no conteúdo do inquérito público. Não vedamos a possibilidade de em novo procedimento existir novos elementos que possam ter um desfecho diferente deste”.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou maioria, com os votos contra dos vereadores Norberto Moreira, Vanessa Pereira e Filipe Valente, tendo o Senhor Presidente usado o voto de qualidade, não desafectar do domínio público o troço do caminho de Valcôvo – S. Martinho, bem como remeter a proposta de não desafecção à Assembleia Municipal para aprovação.

12. – PROVAS DESPORTIVAS.

12.1 – RALI ROTA DO ROMÂNICO. PARECER.

O Clube Português de Automóveis Antigos, vai organizar o Rali Rota do Românico, nos dias 15 e 16 de Fevereiro, utilizando as vias municipais, pelo que solicita respectivo parecer.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, emitir parecer favorável à utilização das vias municipais, desde que cumpridos os condicionalismos legais aplicáveis.

13. - DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: Alterações do ano de 2014: - 7ª. Alteração ao plano de actividades municipal; 5ª. Alteração ao plano plurianual de investimento; 9ª. alteração ao orçamento da despesa e da receita; 9ª. Alteração ao plano de actividades municipal; 7ª. Alteração ao plano plurianual de investimento; 11ª. Alteração ao orçamento da despesa e da

receita; 8ª. Alteração ao plano plurianual de investimento; 12ª. Alteração ao orçamento da despesa e da receita;

Alterações do ano de 2015: 2ª. Alteração ao orçamento da despesa e da receita; 2ª. Alteração ao plano de actividades municipal.

Condicionamento do trânsito automóvel, no centro da Vila de Castelo de Paiva, no dia 13 de Fevereiro; Condicionamento do trânsito automóvel, no Centro da Vila de Castelo de Paiva, no dia 17 de Fevereiro; Prorrogação de prazo: R.761, R.782, R.22, R.24, R.25, R.21, R.23, R.34, R.41, R.28; Certidão: R.783, R.37, R.29; Projecto de arquitectura: R.20; ocupação da via pública: R.14, R.1; Autorização de utilização: R.10, R.17; Alvará: R.789, R.36; Licença de utilização: R.788; Alteração do uso solo: R.9.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Marco Miranda, residente em S. Martinho, usou da palavra para referir que relativamente ao assunto de desafecção do caminho público de Valcôvo, que o Dr. Antero Gaspar lhe disse que era a prova viva de que o acordo existia. Disse que estava escrito que poderia ser encetado o processo de cedência do terreno do caminho público existente pela Câmara Municipal, conforme planta existente no processo.

Concluiu, referindo que gostava que nunca mais lhe dissessem que o compromisso não estava firmado, nem escrito.

O Sr. Adelino Nunes, residente em Gração, União das freguesias de Sobrado e Bairros, usou da palavra para referir que tinha ficado triste com a notícia de que campeã de Taekwondo tinha saído de Castelo de Paiva para ir para outro concelho, devido ao facto de haver pouco dinheiro.

Quanto ao desfile de Carnaval, disse que achava que deveria ser realizado da parte da tarde, porque estava muito frio da parte da manhã.

Em relação ao “Gabinete do Empreendedor”, disse que agradecia à Câmara Municipal por trazer aquela valência para o concelho.

Sobre a Rádio Paivense, referiu que achava que a Câmara Municipal deveria proceder a um aumento de verba do protocolo existente, para que pudessem fazer mais promoção do concelho.

Relativamente ao “Transporte Solidário”, referiu que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que as pessoas que usufruíam da medida eram doentes de foro oncológico, mas que tinha feito uma pesquisa, e todos os doentes oncológicos tinham direito ao transporte sempre que a situação clínica o justificasse, e se houvesse insuficiência económica. Disse que se havia uma verba do Serviço Nacional de Saúde para estes casos, porque é que a Câmara Municipal estava a pagar o que deveria ser pago por aquele serviço?

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para agradecer a intervenção do Sr. Adelino Nunes, tendo referido que as orientações que tinham sido dadas aos serviços eram no sentido de procurar ter o maior rigor naquilo que era enquadrável no “Transporte Solidário”.

Quanto à desafecção do caminho de Valcôvo, disse que gostava que o Sr. Marco Miranda compreendesse que não era fácil tomar aquele tipo de decisões, e que não foi de ânimo leve que o fizeram, mas que em função dos elementos que tinham não podiam decidir de outra maneira. Concluiu, demonstrando a sua disponibilidade para analisar novas soluções para este processo.

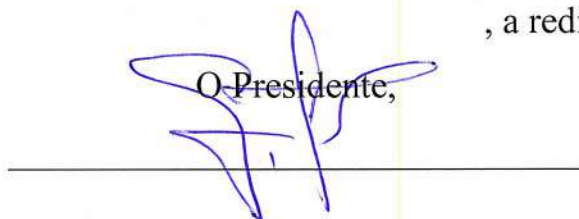
Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas catorze horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu,

, a redigi e subscrevi.

O Presidente,


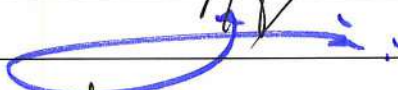


RO. 12 Fevereiro 2015.

✓

Fls. 28

Os Vereadores,



A l e u
ma h.

